



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0011725-30.2006.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Desapropriação - Desapropriação**  
 Requerente: **Antonio Spagnolo**  
 Requerido: **Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Sao Paulo**

Vistos.

Fls. 1772 e s: Na modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das ADINs 4357 e 4425 o STF se pronunciou no sentido de: (...) "Conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADIn, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25/3/15) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data...".

No caso dos autos, os pagamentos foram feitos nas datas de 31/03/2011, 29/12/2011 e 29/12/2011, portanto, em data anterior a 25/03/15, não sendo atingidos pelos efeitos da modulação.

Assim, adotando-se os fundamentos da FESP (fls. 1783/1786), não se verifica incorreção nos cálculos do DEPRE.

Ante o exposto, declaro quitado o débito do Estado e, nos termos do artigo 794, inciso I, do CPC, **JULGO EXTINTA** esta Ação de Desapropriação (fase executória).

Oportunamente, transitada esta em julgado e promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos

**P. R. I.**

São Carlos, 25 de fevereiro de 2016.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**